



MUNICÍPIO DE SOBRAL  
*Câmara Municipal de Sobral*

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER ACERCA DA INTERVENÇÃO MUNICIPAL NA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SOBRAL, EM VIRTUDE DO REQUERIMENTO Nº 129/22, REALIZADA NO DIA 12 DE DEZEMBRO DE 2022.**

Aos doze (12) dias do mês de dezembro de 2022, às dezenove horas e vinte minutos (19h20), no Plenário Cinco de Julho da Câmara Municipal de Sobral, esteve reunida a Câmara Municipal de Sobral, sob a Presidência do Vereador Vicente de Paulo Albuquerque, a fim de debater acerca da Intervenção Municipal na Santa Casa de Misericórdia de Sobral, em virtude do Requerimento nº 129/22, de autoria do Vereador Ajax Cardozo. **Estiveram presentes os (as) Vereadores (as):** José Johnson Vasconcelos de Lima, José Oswaldo Soares Balreira Júnior, Mário Vicktor Linhares Cavalcante, Tiago Ramos Vieira, Micheline Carneiro Ibiapina, Marlon Marcelo Rodrigues Sobreira, Roque Hudson Ursulino Pontes, Francisco Linhares da Ponte, Raimundo Carneiro Portela, Maria Socorro Brasileiro Magalhães, Carlos Jandro Mendes Loiola, Ajax Souza Cardozo, José Vitor Marinho Ferreira Gomes, Alessandra Ponte de Queiroz Miranda e Vicente de Paulo Albuquerque. **Compuseram a mesa os (as) Senhores (as):** Vicente de Paulo Albuquerque, Raimundo Carneiro Portela, Ajax Souza Cardozo, Regina Carvalho (Interventora da Santa Casa), Leticia Rechel (Secretária de Saúde), Ramom Carvalho (Secretário de Gestão), Lucila Maria de Albuquerque (Assessora Técnica da Santa Casa), Flávio Timbó (SINCAMECE) e Rafael Piaia (Defensor Público). Dando início aos trabalhos, o Presidente passa a palavra para a Sra. Regina Carvalho, interventora da Santa Casa, a qual cumprimenta os presentes e agradece a oportunidade. Inicia falando dos motivos que levaram o município a intervir na Santa Casa de Misericórdia de Sobral. Enumera alguns, tais como: dificuldade de pactuação dos serviços habilitados; descumprimentos das Portarias do Ministério da Saúde; suspensão de serviços indispensáveis; oficialização, por parte da entidade, do não interesse em continuar prestando serviços ao SUS e risco iminente de colapso na saúde pública de Sobral e região. Explana sobre a história da entidade e de sua importância ao longo dos anos. Afirma que a intervenção foi necessária para garantir atendimento à população diante da situação vivenciada, propondo um plano de ação. Lista os passos da intervenção, quais são: diagnóstico situacional; análise do ambiente interno, análise do ambiente externo; estratégias de apoio institucional e plano de ação. Fala sobre o relatório do diagnóstico situacional, o qual consta a suspensão dos serviços, dívidas com pessoal, sucateamento, insegurança na assistência e risco de perder a filantropia. Em relação às dívidas, elenca que os médicos e demais



MUNICÍPIO DE SOBRAL  
*Câmara Municipal de Sobral*

profissionais estavam com os pagamentos em atraso de quatro a seis meses, somando um total de doze milhões. Diz que as dívidas com fornecedores chegam ao montante de vinte milhões. Na questão de sucateamento, identificaram equipamentos sem licenças e com falta de manutenção. Quanto à insegurança na assistência, enumera a falta de médico, a alta taxa de infecção hospitalar e falta de medicamentos e insumos. Na área de filantropia, diz que o CEBAS estava pendente desde dois mil e vinte e um. Fala da comunicação do Ministério da Saúde sobre a desabilitação da oncologia. Exibe o ofício de comunicação de rescisão de convênio expedido pela Santa Casa. Comenta sobre o Termo de Ajustamento de Conduta – TAC. Diz que a prefeitura iria assumir os pagamentos de salários e benefícios a partir da intervenção. Afirma que a Santa Casa não aceitou o termo de ajustamento. Em relação à análise do ambiente externo diz que foi levantada a situação dos funcionários celetistas; negociação com fornecedores; diálogo com médicos e prestadores de serviços; diálogo com universidades e cursos técnicos e reorganização da gestão. Relativamente à análise do ambiente externo afirma que foram realizadas as seguintes ações: identificação do perfil da santa casa; papel da santa casa na rede hospitalar da região norte; a relação com outros pontos da rede de atenção à saúde do município. Sobre as estratégias de apoio institucional explana sobre as seguintes ações: projetos com parcerias institucionais; santa casa como hospital de ensino e adesão a programas do governo federal. Quanto às propostas de plano de ação fala da mudança no modelo de gestão, o qual engloba, entre outros, o uso eficiente do leito, a redução de internações evitáveis e reduzir desperdícios. Comenta sobre a gestão de pessoas da entidade. Afirma que será efetivado o contrato temporário por meio de contrato direto, com direito a férias, décimo terceiro, licenças e INSS. Diz que não terá recolhimento do FGTS. Menciona sobre a renegociação com fornecedores e pagamentos imediato das dívidas com prestadores de serviços essenciais. Diz que a entidade necessita de uma reestruturação no setor de oncologia e reorganização do serviço de traumatologia. Afirma que estão buscando aprimorar o modelo assistencial e remuneratório dos profissionais baseado em metas. Finalizando, fica a disposição para qualquer questionamento. O Secretário de Gestão, Ramom Carvalho, fala sobre o CEBAS. Diz que as obrigações do município iniciam na data da intervenção. Explana sobre os recursos orçamentários e financeiros para manter a entidade. Seguidamente, o Defensor Público, Rafael Piaia, especifica o papel da defensoria pública diante da intervenção. Afirma que a defensoria pública atua na vulnerabilidade das pessoas, entre elas, a de saúde. Diz que aumentou as demandas em relação aos serviços de oncologia e fila de espera para atendimentos e cirurgias. O Sr. Flávio Timbó fala do importante papel dos fornecedores de serviços e material hospitalar. Explana sobre débitos anteriores da santa casa com fornecedores, os quais não

Plenário: Praça Dom Jerônimo, S/N - Centro - CEP: 62.010-390

Anexo: Gerardo Cristino Menezes - Rua Conselheiro Rodrigues Junior, S/N - CEP: 62.010-445 - Fax: (88) 3677.7641 - Fone: (88) 3677.7600

www.camarasobral.ce.gov.br



MUNICÍPIO DE SOBRAL  
*Câmara Municipal de Sobral*

são de obrigação da prefeitura, segundo os técnicos do município. Solicita que os interventores atendam os fornecedores da melhor forma possível. Indaga se existiria alguma possibilidade de negociação com os fornecedores. Em resposta, o Sr. Ramom Carvalho, diz que o essencial era retornar os serviços da entidade e que o município está apto a conversar e negociar a médio e longo prazo. O Vereador Johnson pergunta se a santa casa é administrada com apenas dez milhões e se os vinte e seis cargos criados afetam o orçamento da entidade. A interventora Regina Carvalho diz que os cargos já existem na santa casa e que o impacto seria mínimo. Sobre o orçamento, confirma que a entidade é mantida com o orçamento de aproximadamente de dez milhões. A Vereadora Micheline Ibiapina indaga como ficarão os direitos trabalhistas dos funcionários e como está a situação das cirurgias ortopédicas e oncológicas. A interventora afirma que todos os contratos foram suspensos e realizados contratos temporários. Diz que a prefeitura assumiu os contratos a partir de novembro e que garantirá todos os direitos contados da data da intervenção. Em relação às cirurgias, afirma que se reunirá com os demais municípios da região para apresentar um plano de ação. O edil Tiago Ramos questiona qual a relação do IGS com a Santa Casa e detalhes do orçamento da entidade. Indaga ainda, como esta sendo feita a compra de material, se mudou ou está sendo usando o mesmo sistema da gestão anterior. A Sra. Regina Carvalho conclui que a entidade tem um orçamento mensal de dez milhões, sendo seis milhões compartilhados com o IGS. Sobre o sistema de compras diz que estão usando o mesmo sistema de compra de material da antiga gestão por determinação legal. A Vereadora Alessandra Ponte diz acreditar no trabalho dos interventores e torce para que tudo ocorra da melhor forma possível em benefício da população. O Vereador Roque Hudson afirma que a finalidade de hoje é resolver a problemática da Santa Casa. O edil Marlon Sobreira afirma que o grande beneficiado é a população, além da diocese de Sobral, se enxergar com bons olhos a intervenção. Comenta sobre duas categorias prejudicadas no momento, os colaboradores e fornecedores. Diz-se preocupado com os direitos dos colaboradores. Indaga o que os colaboradores e fornecedores podem esperar da entidade. Regina Carvalho diz que o prejuízo dos colaboradores será no FGTS. Para os fornecedores diz que conseguiu conversar com alguns fornecedores de serviços essenciais. Diz que eles foram tranquilos e entenderam a situação. Enumera os motivos pelos quais a diocese não assinou o TAC, entre eles o de continuar o pagamento os cursos de mestrado e doutorado de alguns funcionários e continuar com os pagamentos dos funcionários do abrigo. Diz que essas condições não poderiam ser atendidas pelo município. O Sr. Flávio Timbó solicita uma data para uma reunião da entidade com os fornecedores para que possam conversar e rever algumas situações de negociação. A interventora se dispõe a conversar e negociar em tempo mais breve

Plenário: Praça Dom Jerônimo, S/N - Centro - CEP: 62.010-390



MUNICÍPIO DE SOBRAL  
*Câmara Municipal de Sobral*

possível. Finalizando, foram feitos os agradecimentos pelos valerosos esclarecimentos sobre o tema discutido. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra os trabalhos da presente Audiência Pública. Para constar, esta Ata foi lavrada e, após lida e achada conforme, será assinada por todos que queiram registrar seus nomes nos anais desta Casa Legislativa.

Ruyana Pontes

Luciana Albuquerque  
Socorriinha Brasilero  
Lena. J